Revista Eletrônica ACERVO CIENTÍFICO
ISSN 2595-7899

Vivências em psicologia jurídica: relato de estágio em um serviço de proteção a adolescentes

Experiences in legal psychology: report of an internship in a youth protection servisse

Experiencias en psicología jurídica: informe de prácticas en un servicio de protección a adolescentes

Giovane Sampaio Dos Santos[1], Deylane Costa Santos[1], Ana Beatriz Costa da Silva[1], Lucas Dannilo Aragão Guimarães[1].

RESUMO

Objetivo: Relatar a experiência realizada em um abrigo institucional para adolescentes do sexo masculino, de 12 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade social, no âmbito do estágio em Psicologia Jurídica, enfatizando ações de fortalecimento de vínculos, desenvolvimento socioemocional e promoção da cidadania. **Relato de experiência:** Apresenta-se um relato de experiência desenvolvido por estagiários de Psicologia por meio de oficinas temáticas, rodas de conversa, atividades coletivas e produções gráficas. As intervenções abordaram regulação emocional, relações interpessoais, identidade, sexualidade, direitos e deveres. Recursos lúdicos foram utilizados para favorecer a expressão de sentimentos e estimular a socialização. As observações foram registradas em diário de campo. Os adolescentes demonstraram participação ativa, embora alguns encontros tenham sido marcados por conflitos, tensões e episódios de agressividade, revelando desafios do contexto institucional. Apesar disso, observaram-se momentos de cooperação, integração e aprendizagens significativas. As atividades ampliaram a expressão de vivências pessoais e promoveram reflexões sobre cidadania, autonomia e projetos de vida, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. **Considerações finais:** Pode se considerar que espaços de escuta qualificada favorecem a expressão de potencialidades e a ressignificação de experiências. A vivência foi igualmente formativa para os estagiários, ressaltando a relevância da Psicologia Jurídica no acolhimento institucional e no desenvolvimento integral dos adolescentes.

Palavras-chave: Adolescência, Psicologia jurídica, Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

Objective: To report on the experience carried out in an institutional shelter for male adolescents, aged 12 to 17, in situations of social vulnerability, within the scope of an internship in Legal Psychology, emphasizing actions to strengthen bonds, socio-emotional development, and the promotion of citizenship**. Experience report:** This is an account of an experience developed by Psychology interns through thematic workshops, discussion groups, collective activities, and graphic productions. The interventions addressed emotional regulation, interpersonal relationships, identity, sexuality, rights, and duties. Playful resources were used to encourage the expression of feelings and stimulate socialization. Observations were recorded in a field diary. The adolescents demonstrated active participation, although some meetings were marked by conflicts, tensions, and episodes of aggression, revealing challenges of the institutional context. Despite this, moments of cooperation, integration, and significant learning were observed. The activities broadened the expression of personal experiences and promoted reflections on citizenship, autonomy, and life projects, contributing to the development of socio-emotional skills. **Final considerations:** It can be considered that spaces for qualified listening favor the expression of potential and the re-signification of experiences. The experience was equally

[1] Universidade Estadual do Piauí, Teresina - PI.

SUBMETIDO EM: 12/2025 | **ACEITO EM: 12/2025** | **PUBLICADO EM: 1/2026**

formative for the interns, highlighting the relevance of Legal Psychology in institutional care and the integral development of adolescents.

Keywords: Adolescence, Legal psychology, Social vulnerability.

RESUMEN

Objetivo: Informar sobre la experiencia llevada a cabo en un albergue institucional para adolescentes varones, de 12 a 17 años, en situación de vulnerabilidad social, en el marco de una pasantía en Psicología Jurídica, con énfasis en acciones para fortalecer vínculos, el desarrollo socioemocional y la promoción de la ciudadanía. **Informe de experiencia:** Se trata de un relato de una experiencia desarrollada por pasantes de Psicología mediante talleres temáticos, grupos de discusión, actividades colectivas y producciones gráficas. Las intervenciones abordaron la regulación emocional, las relaciones interpersonales, la identidad, la sexualidad, los derechos y los deberes. Se utilizaron recursos lúdicos para fomentar la expresión de sentimientos y estimular la socialización. Las observaciones se registraron en un diario de campo. Los adolescentes demostraron una participación activa, aunque algunas reuniones estuvieron marcadas por conflictos, tensiones y episodios de agresión, lo que reveló los desafíos del contexto institucional. A pesar de ello, se observaron momentos de cooperación, integración y aprendizaje significativo. Las actividades ampliaron la expresión de experiencias personales y promovieron reflexiones sobre la ciudadanía, la autonomía y los proyectos de vida, contribuyendo al desarrollo de habilidades socioemocionales. **Consideraciones finales:** Se puede considerar que los espacios de escucha cualificada favorecen la expresión de potencialidades y la resignificación de experiencias. La experiencia fue igualmente formativa para los pasantes, destacando la relevancia de la Psicología Jurídica en la atención institucional y el desarrollo integral de los adolescentes.

Palabras clave: Adolescencia, Psicología jurídica, Vulnerabilidad social.

INTRODUÇÃO

A adolescência é compreendida, conforme Aberastury A e Knobel M (1982), como uma etapa de intensas contradições, marcada por ambivalências afetivas e transformações profundas que, embora dolorosas, configuram uma “síndrome normal” necessária ao desenvolvimento da identidade, enfrentando a transição entre a dependência e a autonomia.

Durante esse período, manifesta-se um conjunto de características típicas, como a busca por pertencimento, a valorização dos grupos como espaço de identificação, a necessidade de fantasiar e racionalizar as perdas. Papalia D (2022) complementa que essa fase abrange o despertar da sexualidade, a oscilação de comportamentos, a separação progressiva dos pais, variações emocionais intensas e uma postura social de contestação — aspectos inerentes à formação da identidade e ao amadurecimento psíquico.

Entretanto, os adolescentes submetidos a contextos de institucionalização vivenciam dinâmicas próprias que demandam análise aprofundada e sensível. Santana RES (2025) propõe uma abordagem interdisciplinar ao examinar a relação entre traumas psicológicos e comportamentos infracionais em jovens expostos à vulnerabilidade social.

O autor demonstra que tais comportamentos não decorrem de desvios individuais, mas resultam da interação entre fatores estruturais, emocionais e contextuais que se acumulam ao longo da trajetória de vida. Experiências adversas comprometem o desenvolvimento neurológico e emocional, afetando a regulação afetiva e a capacidade de estabelecer vínculos saudáveis. Nesse sentido, o comportamento infracional é interpretado como uma resposta adaptativa disfuncional a contextos de abandono e violência, mais do que como expressão de desvio moral.

Em consonância com a perspectiva de Bowlby J (1989), reconhece-se que a ausência de vínculos afetivos seguros e a ruptura precoce de laços de cuidado acentuam a insegurança emocional e o sentimento de desamparo, ampliando a vulnerabilidade psíquica e social. Nessa mesma direção, Souza AA et al. (2020) ressaltam o papel transformador da extensão universitária como ponte entre o conhecimento acadêmico e o compromisso social, promovendo intervenções que fortalecem vínculos, estimulam a cidadania e reconfiguram o papel educativo em espaços de fragilidade institucional.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente estudo apresenta o relato de intervenções desenvolvidas em um serviço de proteção destinado a adolescentes do sexo masculino, localizado em uma capital do Nordeste brasileiro. As ações tiveram como finalidade promover o cuidado integral, a melhoria da qualidade de vida e a socialização dos jovens institucionalizados. As atividades foram realizadas ao longo de cinco dias consecutivos, estruturadas de forma progressiva conforme o quadro a seguir.

Quadro 1 – Cronograma de intervenções.

Encontros	Atividade realizada
1	Conhecendo o ambiente e captando demandas
2	Controle e regulação emocional
3	Relações interpessoais
4	Direitos, deveres e cidadania
5	Roda de conversa de feedback

Fonte: Santos GS, et al., 2025.

Controle e regulação emocional

No primeiro dia, foi realizada a oficina intitulada “Sentir, Pensar e Agir”, tendo como objetivo principal promover o reconhecimento das emoções e o desenvolvimento de estratégias de controle e regulação emocional.

O encontro teve início com um momento de acolhida, conduzido por meio de uma roda de conversa dinâmica. Cada participante foi convidado a dizer seu nome e completar a frase “Hoje eu me sinto…”, podendo expressar a emoção verbalmente ou representá-la por um gesto. Essa etapa inicial teve como propósito promover a integração do grupo e abrir espaço para a expressão livre de sentimentos. Em seguida, foi desenvolvida a atividade “Mapa das Emoções”, na qual cada adolescente recebeu a figura de um corpo humano impressa e foi orientado a colorir as áreas do corpo em que percebesse a manifestação de determinadas emoções. Ao final, os participantes compartilharam, de forma voluntária, suas percepções, promovendo o reconhecimento das conexões entre corpo e emoção e estimulando a consciência corporal.

Posteriormente, realizou-se a atividade “O Semáforo das Emoções”, que utilizou a metáfora do semáforo como ferramenta de controle emocional. Explicou-se que o sinal vermelho representava o momento de “parar” e reconhecer a intensidade da emoção; o amarelo, o de “pensar”, respirar e refletir antes de agir; e o verde, o de “seguir”, escolhendo uma ação segura e positiva. Os participantes dramatizaram situações cotidianas, aplicando a lógica do semáforo a cada caso. Essa dinâmica buscou estimular a autorregulação emocional em contextos concretos do cotidiano institucional.

A última atividade consistiu na “Caixa de Estratégias”, na qual cada participante recebeu pequenos papéis para escrever ou desenhar recursos pessoais utilizados no enfrentamento de emoções intensas. As anotações foram reunidas em uma caixa, formando um repertório coletivo de estratégias.

Suporte emocional e relações interpessoais

A oficina 2 “Convivendo Melhor” teve como objetivo promover a reflexão e a prática de habilidades de convivência, respeito mútuo e resolução de conflitos. Considerando também a demanda frequente dos adolescentes pelo tema do namoro, foi incluída uma discussão específica sobre esse assunto, reconhecendo que a adolescência é um período marcado pela busca de identidade, experimentação de vínculos afetivos e pela centralidade das relações amorosas.

A atividade principal desenvolveu-se a partir do jogo “E se fosse com você?”, que apresentou situações comuns de convivência, tais como o uso de apelidos ofensivos, a exclusão de colegas em atividades, acusações injustas ou a quebra de confiança diante da revelação de segredos. Cada situação foi seguida por um convite à reflexão, no qual os adolescentes eram incentivados a se colocar no lugar do outro e pensar sobre como gostariam de ser tratados.

Durante essa dinâmica, contudo, houve um momento de tensão quando dois participantes se desentenderam, chegando a uma tentativa de agressão física. Foi necessária a intervenção da segurança institucional, que conteve a situação. Esse episódio evidenciou a presença da agressividade como forma de expressão masculina em contextos institucionais, o que está alinhado com análises que indicam como a violência e a imposição física são frequentemente associadas à masculinidade, especialmente quando esta é posta à prova diante dos pares. Após a contenção, o clima gradualmente se acalmou e a atividade pôde prosseguir.

Na sequência, realizou-se a elaboração coletiva do Acordo do Grupo. Em cartolina, os participantes formularam frases curtas que sintetizavam atitudes para melhorar a convivência. Cada adolescente assinou ou deixou uma marca simbólica, reforçando o compromisso coletivo. O cartaz permaneceu exposto no espaço comum, funcionando como lembrete visual das regras de convivência pactuadas.

O momento dedicado ao tema do namoro demonstrou forte engajamento do grupo, sendo acompanhado por músicas que serviram como disparadores de debate. As letras escolhidas suscitaram reflexões sobre assédio, autoestima, questões de rejeição, ciúmes, posse, idealizações do amor, além de orientação sexual e padrões de relacionamento.

Isso possibilitou refletir sobre preconceito em relacionamentos homoafetivos, a ideia partiu da teoria de que falar sobre orientações sexuais diversas durante a adolescência é um passo fundamental para promover o bem-estar emocional, a autoestima e o saudável desenvolvimento pessoal dos jovens. A adolescência é um período de descobertas e intensas transformações, e a invisibilidade ou silêncio em torno da homossexualidade e da bissexualidade perpetua preconceitos, estigma e isolamento. (Santos GS et al, 2025)

A presença de um adolescente trans no abrigo tornou ainda mais necessário abordar a diversidade sexual e de gênero como dimensão central da saúde mental e da proteção social, e não como tema periférico. Oliveira GR et al (2020) destacam que identidades dissidentes em relação à norma cisheterossexual são frequentemente alvo de estigmas, violências simbólicas e institucionais, o que agrava experiências de sofrimento psíquico e exclusão em contextos marcados por vulnerabilidade social. O uso desse recurso musical favoreceu a participação ativa dos adolescentes, permitindo que expressassem suas opiniões a partir de referências do cotidiano cultural.

Direitos, deveres e cidadania

No último dia de oficinas os adolescentes demonstraram grande atenção e envolvimento durante a explicação sobre direitos, privilégios e deveres. Esse momento representou não apenas a consolidação dos aprendizados anteriores, mas também a oportunidade de refletirem sobre sua cidadania e seus projetos de vida.

A atividade inicial, intitulada “Se eu fosse o presidente”, convidou cada participante a responder à frase: “Se eu fosse presidente por um dia, eu garantiria que todo mundo tivesse…”. As respostas foram diversas, desde desejos lúdicos, até reivindicações mais profundas, como acesso à educação, saúde, moradia e lazer. A facilitadora destacou que muitos desses desejos já são direitos garantidos por lei, embora, na prática, nem sempre sejam cumpridos.

Na sequência, desenvolveu-se a dinâmica “Direito ou privilégio?”. O mediadora leu diferentes situações. Os adolescentes deveriam levantar a mão para indicar se consideravam aquilo um direito ou um privilégio. O debate que se seguiu foi rico, possibilitando que compreendessem melhor a diferença entre necessidades básicas e conquistas individuais. Assim, reforçou-se que direitos fundamentais, como educação, saúde, lazer e respeito, são universais.

Como fechamento, os adolescentes foram convidados a desenhar um direito ou privilégio que gostariam de ter. A maioria escolheu representar uma casa e um carro, revelando tanto o desejo de estabilidade e pertencimento quanto a busca por conquistas materiais que simbolizam independência e autonomia. Além disso, apareceram com frequência falas sobre “ter uma família”, mostrando a importância do afeto e do vínculo familiar como parte essencial dos seus sonhos.

Essa oficina final evidenciou o quanto, ao se sentirem ouvidos e valorizados, os adolescentes se abrem para compartilhar seus desejos e refletir criticamente sobre sua realidade. O exercício coletivo de pensar em direitos, privilégios e deveres possibilitou não apenas uma aprendizagem cognitiva, mas também uma vivência de cidadania ativa, plantando sementes para a construção de futuros mais autônomos e conscientes.

DISCUSSÃO

A ausência da regulação emocional tende a levar os adolescentes à adoção de estratégias desadaptativas, como impulsividade, evitação e comportamentos de risco, o que pode agravar quadros de ansiedade e depressão (CAMPOS PS e BADARÓ AC, 2024). Esse aspecto se evidenciou de forma concreta no episódio em que um dos adolescentes, ao perceber que não seria liberado naquele dia, apresentou uma reação de frustração intensa que culminou em agressividade física contra uma funcionária, gerando repercussões negativas nas relações interpessoais do grupo.

Ao mesmo tempo, a proposta de construir coletivamente uma “Caixa de Estratégias” mostrou-se um recurso simbólico e prático para ampliar o repertório de enfrentamento de emoções intensas, oferecendo alternativas como respirar fundo, ouvir música, afastar-se de conflitos e buscar apoio de alguém de confiança, em consonância com a ideia de ensino explícito de estratégias regulatórias.

De forma complementar, Relva I e Fernandes O (2022) salientam que a aprendizagem emocional ocorre primordialmente em ambientes relacionais, nos quais pais que expressam empatia e autorregulação modelam comportamentos internalizados pelos filhos, promovendo o uso de estratégias mais adaptativas diante de emoções intensas. Considerando que os adolescentes participantes se encontravam afastados de seus cuidadores originais e provinham, em sua maioria, de contextos familiares fragilizados, tornou-se imprescindível o ensino de uma educação emocional estruturada no contexto institucional, em que profissionais assumem, em certa medida, a função de modelos regulatórios.

Da mesma forma, Tavares JMAD, et al. (2022), destacam que gatilhos como bullying e isolamento social agravam impulsividade e ansiedade, o que se assemelha ao episódio de frustração intensa e agressividade física relatado. Atividades como o "Semáforo das Emoções" promovem estratégias adaptativas, alinhadas à ênfase dos autores em atividade física e comunicação familiar para controle emocional.

Ademais, a discussão das relações interpessoais e da resolução de conflitos em contextos socioeducativos revela-se essencial para o fortalecimento do cuidado integral aos adolescentes em medida de internação. A oficina 2, partiu justamente da necessidade de trabalhar habilidades de convivência, respeito mútuo e resolução de conflitos, o que se materializou na elaboração do Acordo do Grupo e nos debates sobre atos de convicência.

Conforme Balbinot C, et al. (2022), o convívio entre pares nesse ambiente é marcado por uma tensão constante, muitas vezes mediada por códigos informais e hierarquias internas que surgem como estratégias de sobrevivência, o que ajuda a compreender por que situações aparentemente pequenas podem desencadear reações intensas.

A convivência, atravessada por vínculos de poder e por rivalidades — frequentemente associadas à influência de facções —, tende a gerar um clima de hostilidade e sofrimento psíquico, dificultando o desenvolvimento de competências relacionais positivas (BALBINOT C, et al., 2022). Esse cenário apareceu de forma concreta na dinâmica em que dois participantes se desentenderam, chegando a uma tentativa de agressão física, exigindo a intervenção da segurança institucional.

A pesquisa de Robert C, et al. (2022) complementa essa perspectiva ao analisar a dinâmica institucional sob o ponto de vista das equipes que atuam nos Centros de Socioeducação. Os autores destacam que o cotidiano dessas unidades é permeado por processos de institucionalização que impactam tanto os adolescentes quanto os trabalhadores, gerando estresse, despersonalização e sentimento de aprisionamento, dimensão que emergiu nas falas sobre “derrubar os abrigos” e na percepção de aprisionamento no ambiente.

Outrossim, Alves AIBBV (2022) evidencia a importância de se trabalhar o tema do namoro na adolescência como um campo fundamental de promoção da saúde emocional, da equidade de gênero e da prevenção da violência. A autora aponta que o namoro, nesse período do desenvolvimento, constitui uma experiência central para a construção da identidade afetiva e social, na qual os jovens aprendem a lidar com o amor, a sexualidade, a comunicação e o respeito mútuo, o que justifica a centralidade desse tema em práticas grupais com adolescentes em cumprimento de medida.

No entanto, o estudo demonstra que essa vivência também pode ser permeada por dinâmicas abusivas, muitas vezes naturalizadas, que se expressam por meio de comportamentos de controle, ciúme excessivo, manipulação emocional e violência psicológica (ALVES AIBBV, 2022). A discussão conduzida na oficina, especialmente ao abordar questões como ciúmes, posse e idealizações românticas nas letras de música, buscou justamente problematizar essas práticas, estimulando os adolescentes a reconhecerem sinais de abuso e a refletirem sobre formas mais saudáveis de se relacionar

A análise de Mesquita AB, et al. (2021) aprofunda a compreensão de como a violência sexual e outras formas de agressão contra mulheres, especialmente em contexto intrafamiliar, se articulam com os temas debatidos na oficina sobre namoro, assédio e violência de gênero. No estudo, em 52% dos casos, a violência ocorreu na própria residência, tendo como agressores majoritariamente parceiros íntimos, pais, padrastos ou outros familiares próximos, Esse dado dialoga diretamente com as discussões desencadeadas pelas músicas, nas quais os adolescentes reconheceram situações de ciúmes, posse, controle e desqualificação da parceira como expressões de violência, muitas vezes semelhantes às vivências de suas famílias de origem, em que o agressor ocupa posição de autoridade

Por fim, a formação cidadã de crianças e adolescentes constitui um dos pilares fundamentais para o fortalecimento da democracia e da justiça social. Lima LO (2020) enfatiza que a cidadania não deve ser compreendida apenas como um conjunto de direitos formais, mas como uma prática cotidiana que se constrói por meio da participação social ativa e do engajamento coletivo nos espaços de decisão pública, perspectiva que se aproximou das discussões sobre projetos de vida e sobre o papel de cada um como sujeito de direitos.

Nesse sentido, trabalhar com adolescentes a compreensão de cidadania significa estimulá-los a reconhecer-se como sujeitos de direitos e agentes transformadores, capazes de dialogar, propor soluções e participar ativamente na construção de uma sociedade mais equânime (LIMA LO, 2020).

Assim, os estagiários perceberam que o encerramento desse ciclo de estágio proporcionou uma valiosa experiência de aprendizado mútuo. Se, no início, havia receio e até mesmo certo medo por se tratar da primeira vivência conduzindo atividades dessa natureza, ao longo do processo observaram um acolhimento genuíno por parte dos adolescentes, que se mostraram abertos, confiantes e engajados nas dinâmicas propostas. A experiência evidenciou, aos estagiários, a potencialidade de cada sujeito quando encontra um espaço de escuta, respeito e valorização. Notou-se que, mesmo inseridos em um contexto institucional, os adolescentes, ao serem ouvidos e estimulados, demonstraram interesse pelo conhecimento e envolvimento nas atividades.

REFERÊNCIAS

1. ABERASTURY A e KNOBEL M. Adolescência normal. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981; 96.
2. ALVES AIBBV. Violência no namoro entre adolescentes. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Comunitária) – Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico da Guarda, Guarda, 2022; 21.
3. BALBINOT C, et al. O convívio entre adolescentes em medida socioeducativa de internação. Psicologia em Estudo, 2022; 27.
4. BOWLBY J. Formação e Rompimento de Laços Afetivos. São Paulo: Martins Fontes, 1982; 120.
5. CAMPOS PS e BADARÓ AC. A importância da regulação emocional na adolescência: contribuições da terapia cognitivo-comportamental. Cadernos de Psicologia, 2024; 6(10).
6. COSTA LLV, et al. Gênero e violência nos relacionamentos afetivo-sexuais entre adolescentes. Interação em Psicologia, 2023; 27(3).

7. CRUZ DAS e ANDRADE ALA. Principais políticas públicas para adolescentes em situação de vulnerabilidade social: possíveis contribuições da Psicologia na promoção/garantia de direitos. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, 2022; 2.
8. LIMA LO. Democracia, participação e controle social na saúde. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020; 1: 198.
9. OLIVEIRA GR, et al. Diversidade sexual e de gênero em instituições de acolhimento institucional: a invisibilidade de adolescentes LGBTIQA. Revista Mosaico, 2020; 11(2).
10. PAPALIA D e MARTORELL G. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: AMGH, 2022; 14: 768.
11. ROBERT C, et al. "A gente fica institucionalizado também!": cotidiano, saúde mental e processos de trabalho na percepção das equipes de unidades socioeducativas. Interface (Botucatu), 2022; 26.
12. SANTANA RES. A influência de traumas psicológicos na formação de comportamentos infracionais em adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2025; 51.
13. SANTOS GS, et al. A representação homoafetiva masculina na mídia contemporânea: Um panorama sobre visibilidade, estereótipo e Impacto Social. Interference: a journal of audio culture, 2025; 11(2).
14. SOUZA AA e MORAIS IA. Educação sexual na adolescência e seus impactos na formação de atitudes e comportamentos saudáveis: uma revisão integrativa. RevistaFT: Ciências da Saúde, 2024; 29(140).
15. TAVARES JMAD, et al. Fatores de risco e prevenção dos transtornos de ansiedade na adolescência: uma revisão narrativa. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2022; 15(11): 11353.